

Fernando Molica

O jogo aberto da troca de emendas por votos

A pressão exercida pelo Congresso para o Palácio do Planalto liberar todas as verbas de emendas parlamentares tem uma grande vantagem: deixa ainda mais evidente o esquema de toma lá-dá cá da política brasileira.

No fim das contas, pouco importa se o pacote econômico do governo é bom ou ruim, se a reforma tributária vai mesmo simplificar a vida dos brasileiros. A maior parte dos deputados e senadores pouco se importa com isso. O ele que quer é dinheiro na conta daqueles abençoados com suas emendas.

Ao eleger um parlamentar, o eleitor dá a ele o poder de negociar seu próprio voto no Congresso. Diferentemente do que ocorre eleições gerais, na Câmara e no Senado não é crime vender votos. Isso é visto como normal.

Ao escolher representantes sem levar em conta um mínimo de compromisso ideológico, o cidadão dá ao eleito um cheque em branco. O deputado ou senador pode votar mais à esquerda ou à direita sem ter que pres-

tar contas de sua posição, faz o que bem entende.

Daí que partidos do Centrão ampliado votam com Lula da mesma forma que respaldaram medidas de Jair Bolsonaro, tanto faz se os projetos apontam pra lá ou pra cá. O importante é garantir a liberação da grana.

As chamadas emendas pix foram incluídas na Constituição no fim de 2019, no primeiro ano do mandato de Bolsonaro, que já então se preocupava em garantir seu mandato e manter maioria no Congresso.

Oficialmente, são chamadas de “transferências especiais”, repassadas “diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congêneres”.

Em outras palavras: o deputado ou senador manda o dinheiro para o estado ou município independentemente do que será feito com a verba, o governador ou o prefeito que trate de decidir. Acredite, isso está na nossa lei maior.

Não custa lembrar que, não faz tanto tempo assim, as emendas também eram usadas no processo de compra e venda de votos no Congresso, mas quem dava as cartas era o Executivo. Cabia ao governo decidir que verbas iria liberar.

Já enfraquecida, a então presidente Dilma Rousseff foi obrigada a ceder e a admitir a obrigatoriedade de pagamento de parte das emendas, o que seria radicalizado por Bolsonaro. Com novas concessões que fortaleceram o caráter compulsório de entregas de dinheiro, ele viabilizou o orçamento secreto, barrou qualquer ameaça e, de quebra, livrou-se da chatice de administrar o país — repassou o governo pro Centrão.

O poder, então, foi invertido. O Congresso é que passou a controlar o governo. Como um dragão que exige cada vez mais sacrifícios para não tocar fogo na cidade, o parlamento perdeu qualquer compostura ao deixar claro as regras do seu jogo: ou Planalto paga as emendas, mesmo que desafiando ordens do

Supremo Tribunal Federal, ou vai perder votações importantes. Isso, mesmo em temas que deveriam ser considerados suprapartidários.

Hoje, as emendas representam cerca de 25% do pouco que sobra do orçamento federal para investimentos. Um dinheiro que acaba sendo pulverizado em obras muitas vezes paroquiais, não ligadas a projetos estruturantes.

Fora o que acaba sendo desviado pelos caminhos de sempre e que escapa da fiscalização dos órgãos de controle e da Polícia Federal. É mais complicado investir esforços de apuração em obras que, muitas vezes, são de baixo orçamento.

Há alguns anos, deputados e senadores eram vistos como despachantes de prefeituras, corriam de ministério em ministério pedindo liberação de verbas. Hoje, ministros é que lhes pedem dinheiro de emendas. O jogo é às claras: depois, os caras reclamam do desprestígio da chamada classe política.

EDITORIAL

O que se espera dos administradores?

Faltando cerca de 19 dias para a posse de prefeitos em diversos municípios pelo país, é natural uma expectativa acerca dos eleitos no pleito de outubro para que toquem as administrações de suas cidades com a mais absoluta competência técnica, sobretudo voltada aos reais interesses da população de suas cidades.

Os que foram reeleitos, especialmente numa eleição municipal marcada exatamente pelas reeleições, se faz necessário avaliar o que precisa ser mudado. As peças que forem necessárias uma troca urgente, que sejam feitas. Mas as trocas e movimentações dentro da administração pública, não podem ser feitas pensando tão somente no atendimento das necessidades dos aliados que ajudaram na campanha.

É preciso fazer composição política? É evidente que sim! Mas a política não pode se manter distante dos princípios da moralidade e da isonomia administrativas.

É extremamente necessário se pensar na elaboração de um caminho alternativo, em que os problemas sociais que afligem a população cotidianamente, sobreponham-se aos interesses

esfomeados (e às vezes escusos) de aliados e correligionários.

Aos novatos, com ou sem experiência na vida pública, mas que estarão assumindo pela primeira vez o cargo de chefe do Executivo municipal em alguma cidade deste imenso Brasil, o alerta vai na mesma direção. Pode parecer utópico, mas não é! Os cidadãos, quando depositaram o voto de confiança através das urnas eletrônicas, o fizeram por acreditarem na melhoria de sua condição de vida. Até mesmo os que simplesmente “votaram por votar”, sem se importar efetivamente com o pleito, também, de alguma forma, pensam no melhor para a sua comunidade, embora a diferença com o processo político seja latente.

Mas o que é preciso dizer com objetividade e clareza, é que administradores públicos, eleitos pelo povo, não podem se tornar indiferentes às necessidades das camadas mais simples. As mesmas camadas que padecem com a ausência de serviços públicos básicos; as mais esquecidas e sofridas. No entanto, as mesmas camadas sempre lembradas e acariciadas durante campanhas eleitorais em todo o Brasil.

Arnaldo Niskier*

O valor dos audiobooks

Não é uma invenção brasileira. Embora nosso país tivesse adotado a tecnologia em grande estilo. Eu mesmo, quando presidi a Academia Brasileira de Letras, nos anos de 98 e 99, produzi diversos audiobooks ou audiolivros, como querem alguns. Devo recordar alguns deles: Rachel de Queiroz, Austregésilo de Athayde, João Cabral de Melo Neto e Eduardo Portella. Como se vê, uma mistura de literatura e poesia, com a voz dos próprios autores.

É um santo remédio para pessoas com déficit de atenção e/ou dificuldades na leitura. Pode ser útil também no ajuste da veloci-

dade da narração. Apesar de todos os avanços tecnológicos, não deixou de ter a sua utilidade.

É uma alternativa eficaz para pessoas com desafios de concentração, retenção de informações e processamento de leitura.

É sabido que diferentes áreas do cérebro são ativadas quando se faz a escuta de um livro. Quando se ouve fica tudo muito mais fácil. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 11 milhões de brasileiros são afetados pelo mencionado transtorno. O audiolivro funciona também para alunos cegos ou com baixa visão. Já existem muitos livros na inter-

net para ajudar nesse processo. E também na Amazon, além das obras no Audible, Skeelo e Tocalivros.

Sabe-se que o TDH (déficit de atenção) infelizmente não tem cura, mas pode ser controlado por intermédio de remédios e terapias comportamentais. É assunto que precisa ser acompanhado pelos educadores, em benefício da relação ensino-aprendizagem.

Atenta ao que tudo isso representa, a Academia Brasileira de Letras tem realizado seminários sobre a matéria, ocasião em que coloca à disposição do público as obras de alguns dos

seus mais importantes mitos. Faz essa programação de forma gratuita, o que facilita o acesso de um público cada vez mais expressivo de interessados. Uma das suas últimas apresentações colocou em foco o clássico “Dom Casmurro”, uma das maiores obras de Machado de Assis. E assim virão outros livros do “Bruxo”, como “Memórias Póstumas de Braz Cubas” e o seu romance, intitulado “Esaú e Jacob”.

***Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras. Doutor Honoris Causa da Universidade Santa Úrsula**

Alexandre Garcia

História e farsa

A História do Brasil se encaixa bem no pensamento de Marx, segundo o qual, quando uma tragédia histórica se repete, vem como farsa. Novembro no Brasil nos lembra tempos do caudilho Vargas. Em 1935, o levante comunista que começou em 23 de novembro em Natal, continuou no Recife no dia seguinte e eclodiu no Rio de Janeiro no dia 27, ensejou que já em 26 de novembro, Getúlio decretasse Estado de Sítio, dando mais poderes ao estado brasileiro para que Vargas pegasse não apenas os comunistas, mas também os demais adversários que poderiam fazer sombra à sua liderança. Em 1937, também em novembro, Getúlio ganhou outro pretexto para dar outro golpe. Usou um documento, um estudo, de autoria

do Capitão Olympio Mourão Filho, que levantava hipótese de insurreição popular, que passou a ser chamado de Plano Cohen - um judeu-comunista fictício. E Getúlio cercou e fechou o Congresso e decretou o Estado Novo, pondo interventores nos estados (menos Minas Gerais) e passando a governar sozinho, por decretos-leis.

Até na pátria-mãe, novembro teve agenda de golpe comunista. No dia 25, em 1975, em Lisboa, um grupo de oficiais da Polícia do Exército e Cavalaria, com Paraquedistas, ocupou quartéis e capitães barbudos como Fidel transmitiram manifestos por emissoras de rádio; mas o Regimento de Comandos agiu a tempo e, no mesmo dia, e com a morte de três dos seus, abafou o movimento e pôs fim

ao período revolucionário que começara no 25 de abril de 1974 e ensinou o enquadramento de Portugal num estado democrático de direito.

Neste novembro vivemos de sobressaltos numa repetição de histórias que viram narrativas terminadas em farsas. Governantes usam isso para se impor e eliminar adversários ou lideranças consideradas perigosas. A história mostra como Getúlio procurou unir o país em torno de si, com o pretexto de ameaças à democracia; o General Galtieri invadiu as Malvinas para tentar unificar o povo argentino em torno de sua ditadura; tentando unir o país em torno de si, Maduro “anexou” parte da Guiana - ainda apenas no mapa. E agora dizem que Lula se prepara para anunciar que, diante da trama

golpista, ele é a solução democrática nacional.

A conversa entre militares não chega a ser um planejamento, e muito menos execução de cogitações. Segundo o inquérito, eles confessam que esperavam uma ação que o Presidente não adotou. Por isso abandonaram o intento, xingando o Presidente. Mas forneceram munição para quem quer anular Bolsonaro, um líder que cresce quando é atacado. A facada, que foi cogitada, planejada e executada, foi um golpe que não se consumou totalmente, porque não o matou. Mas foi tão extremo que o elegeu. Agora foi feito inelegível, e indiciado por uma tentativa a que não aderiu. São repetições sucessivas do mesmo estilo histórico. Como Marx qualificaria essa insistência?

‘Moana 2’, um sucesso amargo da Disney

Não causa grande surpresa quando o Walt Disney Studios lança mais um estrondoso sucesso nos cinemas. Seja com produções da Marvel e Star Wars ou animações originais da Disney e Pixar, o estúdio do Mickey já se habituou a contabilizar lançamentos bilionários ano após ano.

Eis então que, quase fechando o ano, a Disney emplaca mais um sucesso: ‘Moana 2’, filme que também estreou quebrando recordes históricos para o mês de novembro. Aqui acompanhamos o reencontro de Moana e Maui para uma nova aventura pelos sete mares.

No entanto, a continuação do filme de 2016 pode facilmente se encaixar na categoria de ‘sucessos amargos’ da Disney. Como mencionado, um grande sucesso já virou rotina dentro do Walt Disney Studios, e, infelizmente, nem sempre esses números possuem relação com

a qualidade da obra. É como se a força da marca do estúdio, junto ao nome da franquia em questão, já fosse suficiente para tornar quase qualquer filme em um grande sucesso.

O que vemos na tela não é uma ideia originalmente concebida para sequer ser um filme, e nem mesmo houve tempo para que dessem vida a uma formulação mais justa e agradável. Ainda assim, no quesito da dublagem nacional, é válido destacar o trabalho brilhante de Any Gabrielly como Moana, enquanto Saulo Vasconcellos continua a trazer carisma ao personagem Maui.

Mas no fim das contas, claro, estamos falando de um produto destinado ao público infantil, como é grande parte das produções da Disney. E para os pequenos, fica a expectativa de que a animação possa ser uma ótima opção de entretenimento para as férias.

Opinião do leitor

Projeto de lei

De fato, percebemos que se o PL 4614/2024 for aprovado, o Distrito Federal vai perder muito com os programas governamentais e os projetos do presente e futuros entrarão em campos nebulosos, prejudicando boa parte da população!

*Antônio Carlos Sampaio Machado
Brasília - Distrito Federal*

O CORREIO SUL FLUMINENSE NA HISTÓRIA



VILA HISTÓRICA DE MAMBUCABA

O navegador português Gonçalo Coelho chegou a Angra dos Reis em 1502, no Dia de Reis (6 de janeiro). O local recebeu esse nome por sua vasta angra com ilhas paradisíacas, montanhas, rios, florestas e um mar azul. Habitado pelos índios Tamoió/Tupinambá, tinha abundantes recursos naturais que atraíram colonizadores e piratas. Francisco

Silvestre e Lucas Gerales foram os primeiros colonizadores às margens do rio Mambucaba. Em 1556, colonos dos Açores criaram a povoação de Ilha Grande, elevada a vila em 1608 como Vila dos Reis Magos da Ilha Grande. Mambucaba significa “passagem”, referindo-se às trilhas indígenas. A economia começou com a cana-de-açúcar e o porto, vital para

o comércio entre Santos e o Rio de Janeiro, e depois para Minas e São Paulo. Angra se tornou freguesia em 1808 e cidade em 1835. Com o declínio do porto, a ferrovia em 1872 e o fim da escravidão em 1888, veio a decadência. Décadas depois, com a criação da estrada de ferro e a reativação do porto impulsionaram o crescimento.

Correio Sul Fluminense

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com
Bruno Portella (Diretor)
Rodrigo Magnavita (Diretor)

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Sonia Paes (editora), Luana Motta, Pedro Sobreiro, Rafael Lima e equipe TVC

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452
Volta Redonda: Av. Paulo de Frontin, 590- sala 1306 - CEP 27213-270
Bairro Aterrado - Volta Redonda - RJ
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
CEP: 22775-057

www.correiosulfluminense.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.